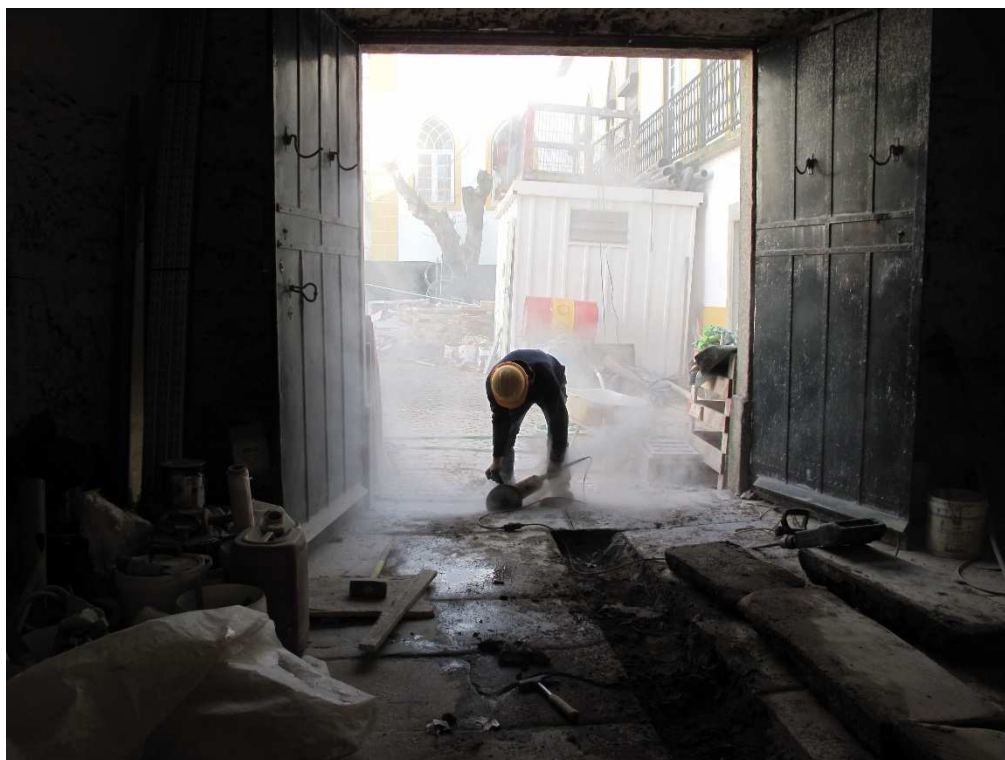


SCIENTIA ANTIQUITATIS



SALVAGUARDA ARQUEOLÓGICA
ARCHAEOLOGICAL SAFEGUARD

Título: SCIENTIA ANTIQUITATIS

Editores: Leonor Rocha/ Gertrudes Branco/ Ivo Santos

Local de Edição: Évora (Portugal)

Data de Edição: Junho de 2019

Volume: 1/ 2019

Capa: Trabalhos de salvaguarda no Palácio do Vimioso

(Foto: Leonor Rocha)

Director: Leonor Rocha

ISSN: 2184-1160

Contactos e envio de originais: Leonor Rocha/ lrocha@uevora.pt

Revista digital.

Ficheiro preparado para impressão frente e verso.

ÍNDICE

O IV.º CIAT e o estado da Salvaguarda Arqueológica em Portugal Leonor Rocha e Gertrudes Branco	5
Arqueologia Pública e a gestão do património arqueológico no contexto da construção de uma barragem: O caso da construção da barragem de Belo Monte (Brasil) Maria Clara Costa	25
Melhor conhecer é melhor proteger. Os contributos do projeto ARQUEOSIA Filipa Neto e Catarina Costeira	57
Estratégias para a gestão da salvaguarda arqueológica: as cartas de risco do património arqueológico dos Açores José Luís Neto, Carlos Luís Cruz e Pedro Parreira	77
O Risco das Políticas de Risco em Património Cultural - Proposta STORM para uma nova abordagem Filipa Neto, Sofia Pereira, Isabel Inácio, João Almeida Filipe	95
Gestão e salvaguarda do património arqueológico: o caso da Universidade de Évora (Portugal) Leonor Rocha, Jorge de Oliveira, André Carneiro e Carmen Balesteros	113
Ecclesia Sanctae Marinae de Cortegaza (Cortegaça, Ovar). Um contributo na Arqueologia de Salvaguarda Gabriel Pereira, Gustavo Santos e Mauro Correia	153
E quando as fábricas fecham? Reflexões sobre a salvaguarda do património arqueológico-industrial na cidade de Portalegre Susana Pacheco	183
A geofísica e salvaguarda do património arqueológico em meio rural. Vantagens e quando utilizar: o caso dos recintos de fossos António Valera e Tiago do Pereiro	203
A salvaguarda arqueológica: teoria e prática na Região Centro Gertrudes Branco	217
Salvaguarda arqueológica em Monforte: Percurso e estratégias de intervenção (Monforte, Portalegre, Portugal) Paula Morgado	251

Oliveira de Azeméis: Gestão de uma Carta de Salvaguardas Patrimoniais e de um projeto de investigação sobre a ocupação do território (POVOAZ) Adrian de Maan e João Tiago Tavares	295
A gestão de espólios arqueológicos no Algarve. Reflexão sobre o seu propósito na actividade arqueológica de salvaguarda Grupo de Arqueologia da Rede de Museus do Algarve	321
A Antropologia Biológica nos Açores: gestão e estudo das suas coleções osteológicas José Luís Neto, Joana Camacho e Pedro Parreira	331
Mosteiro de São Bento de Avis: da intervenção preventiva ao programa de estudo e valorização de fracção monástica Ana Cristina Ribeiro	355
Acompanhamento: o <i>Cadavre Exquis</i> da prática arqueológica (portuguesa) Gabriel Pereira, Mauro Correia e Gustavo Santos	385
Resultados preliminares do acompanhamento arqueológico da obra de conservação da Capela de Nossa Senhora de Entre Águas Ana Cristina Ribeiro	415
Minimizando impactos. Tavira Verde 2012/2014 Jaquelina Covaneiro e Sandra Cavaco	447
Estratégias de recuperação e salvaguarda do património histórico-arqueológico de Vouzela (Viseu, Portugal) após os incêndios florestais de outubro de 2017 Manuel Luís Real, António Faustino Carvalho, Catarina Tente, Daniel de Melo Branco, Luís André Pereira, Pedro Sobral de Carvalho e Tiago Ramos	461
Balanço dos Incêndios de 2017: Região de Lisboa e Vale do Tejo Filipa Bragança, Gertrudes Zambujo e Sandra Lourenço	477
La combinación de la investigación con la protección del patrimonio arqueológico rural en la provincia de Salamanca: el caso de Los Villares (Fresno Alhándiga, Salamanca) M ^a de los Reyes de Soto García e Verónica Pérez de Dios	491

O Risco das Políticas de Risco em Património Cultural - Proposta STORM para uma nova abordagem

Filipa Neto ¹
Sofia Pereira ²
Isabel Inácio ³
João Almeida Filipe ⁴

Resumo

O *STORM - Safeguarding Cultural Heritage through Technical and Organizational Resources Management* teve como objetivo desenvolver uma abordagem integrada para uma melhor gestão dos riscos, que afetam património cultural, tendo sido criadas metodologias e ferramentas tecnológicas para facilitar a tomada de decisão nos momentos de crise ou catástrofe natural.

Após a análise de documentação e bibliografia especializada, e levantamento de necessidades junto dos agentes do património cultural, proteção civil e bombeiros, o STORM apresentou um conjunto de propostas que, espera-se, permitam contribuir para a sensibilização dos governos na criação de políticas públicas de salvaguarda do património arqueológico, tendo em conta as vulnerabilidades dos bens culturais, a cooperação e capacidade de adaptação dos serviços e o envolvimento dos cidadãos.

Palavras-Chave: Salvaguarda, Património Cultural, Gestão de Riscos.

Abstract

STORM - Safeguarding Cultural Heritage through Technical and Organizational Resources Management aims to develop an integrated approach to improve risk management in cultural heritage, through the creation of technological methodologies and tools to support decision making in times of crisis or in case of natural catastrophes.

¹ fneto@dgpc.pt

² sofiapereira@dgpc.pt

³ isabelinacio@dgpc.pt

⁴ jalmeidafilipe@gmail.com

The analysis of specialised documentation and bibliography, and a survey of cultural heritage agents, civil protection and firefighters needs, allowed the STORM project to present a set of proposals that can contribute to archaeological heritage safeguarding as well as governmental awareness, namely the creation of public policies that consider the vulnerabilities of cultural assets, cooperation and services adaptive capacities, citizen's involvement, in order to promote participatory governance.

Keywords: Safeguarding, Cultural Heritage, Risk Management.

1. O Projeto STORM

O projeto STORM - *Safeguarding Cultural Heritage through Technical and Organizational Resources Management* é um projeto internacional, co-financiado pelo programa europeu Horizonte 2020, tópico *DRS-11-2015 - Disaster Resilience & Climate Change topic 3: Mitigating the impacts of climate change and natural hazards on cultural heritage sites, structures and artefacts*. Decorreu entre junho de 2016 e maio de 2019.

A criação de um consórcio europeu, como o do STORM, veio contribuir para a proposta de soluções de proteção do património cultural europeu, que se encontra grandemente exposto ao efeito das alterações climáticas e dos perigos naturais, e assim responder ao desafio internacional lançado aos governos, e às comunidades, pelas agências internacionais. Neste sentido, este projeto teve por objetivo desenvolver uma abordagem integrada, para uma melhor gestão destes riscos, através da criação de metodologias e ferramentas tecnológicas (ecológicas, inovadoras e sustentáveis) passíveis de serem adaptadas a diferentes situações e de forma a facilitar a tomada de decisões nos momentos de crise, ou catástrofe natural.

Os resultados do projeto visam contribuir para a sensibilização das entidades gestoras do património cultural, bem como da sociedade

civil, promovendo a resiliência dos bens culturais. Pretendeu-se criar um quadro de recomendações de novos procedimentos de conservação e proteção de monumentos e sítios arqueológicos, centrados em ações de prevenção e em medidas de emergência. No sentido de reforçar a implementação destes processos, procurou-se promover uma rede, entre organizações e entidades europeias, que incentivasse a partilha de conhecimento e de boas práticas.

De modo a testar as metodologias e ferramentas preconizadas, foram selecionados cinco sítios piloto, que espelham diferentes cronologias e tipologias construtivas, alvo de diferentes impactos naturais negativos: Termas de Diocleciano, Roma Itália; Conjunto Patrimonial de Mellor, Manchester, Reino Unido; Ruínas Romanas de Troia, Grândola, Portugal; Centro Histórico de Retimno, Creta, Grécia; Ephesus, Anatólia, Turquia.

O consórcio foi constituído por uma equipa multidisciplinar, com parceiros em seis países: Portugal, Itália, Grécia, Reino Unido, Áustria e Turquia.

PARCEIROS	
Tipo	Designação
Entidades de gestão de sítios arqueológicos	Mellor Archaeological Trust
	Troia Resort
	Ephorate of Antiquities of Rethymno
	Soprintendenza Speciale per il Colosseo, il Museo Nazionale Romano e l'Area archeologica di Roma
Autoridade nacional da tutela de património cultural	Direção-Geral do Património Cultural
Universidades, Institutos e Centros de investigação	Instituto de Novas Tecnologias
	Foundation for Research and Technology
	Piraeus University of Applied Sciences (Technological Educational Institute of Piraeus)
	Università degli Studi della Tuscia
	University of Stuttgart
	University of Salford
	Bogazici University
Serviços de Proteção Civil	Corpo Nazionale dei Vigili del Fuoco

	Serviços Municipal de Proteção Civil de Grândola
Serviço de Meteorologia e Geodinâmica	Zentralanstalt für Meteorologie und Geodynamik
Grandes empresas	Engineering Ingegneria Informatica
Pequenas e médias empresas	ResilTech
	KPeople
	Sparta Digital
	Nova Conservação
Parceiros associados	ICCROM
	Pompei (Soprintendenza di Pompei Ercolano e Stabia)

Tabela 1. Parceiros do consórcio do projeto STORM.

A mais-valia deste projeto deveu-se à sua multidisciplinariedade, dado que reuniu profissionais de diferentes áreas de conhecimento, que contribuíram para a criação de ferramentas técnicas, tecnológicas e metodológicas, que seguidamente serão abordadas.

Reconhecendo a necessidade de implementação de um léxico comum entre os profissionais envolvidos nas intervenções das diferentes fases da gestão de riscos, o STORM desenvolveu um Glossário de referência, para diferentes áreas de conhecimento (STORM CONSORTIUM, 2017a). No âmbito desta uniformização de linguagem foram criadas classificações de perigos de ação rápida e perigos de ação lenta, e definidas as etapas e os intervenientes no contexto de situações de desastres naturais, funcionando como ferramentas metodológicas no apoio ao planeamento. Todos estes documentos estão acessíveis on-line, no website oficial do projeto e foram elaborados em conformidade com documentação internacional, essencialmente produzida pela UNISDR, UNFCCC, IPPC, FEMA, UNESCO, ICCROM e recorrendo também à ISO 31000 (STORM CONSORTIUM, 2017b; STORM CONSORTIUM, 2017c).

O desenvolvimento de soluções tecnológicas foram igualmente consideradas, uma vez que se afiguram como ferramentas indispensáveis no apoio à tomada de decisão para conservação de sítios patrimoniais em perigo. Deste modo, instalaram-se nos sítios

piloto, sensores e outros equipamentos tecnológicos, de natureza sustentável (por exemplo, alimentados a painéis solares), não invasiva e não destrutiva, a fim de reunir um maior conjunto de dados que auxiliem as práticas de monitorização regular. A recolha, e análise, deste tipo de dados são fundamentais para avaliações de risco mais eficazes e precisas, que por sua vez permitem uma seleção, mais informada, de medidas de proteção e salvaguarda.

Um dos grandes contributos do projeto foi o desenvolvimento de uma metodologia de avaliação e gestão de riscos, adaptável a diferentes tipos de sítios arqueológicos e uma metodologia de custo-eficácia (*cost-effectiveness*) para suporte nas decisões dos métodos de conservação a aplicar em sítios arqueológicos.

Estas metodologias foram desenvolvidas para funcionar em plataformas digitais, de modo a operacionalizar e agilizar os procedimentos de resposta e facilitar a comunicação entre os diferentes intervenientes. Para tal, foi desenhada uma plataforma colaborativa que contempla o armazenamento de dados sobre o sítio, nomeadamente a localização dos sensores instalados, intervenções efetuadas (arqueológicas, de conservação e restauro e de reabilitação), entre outras funcionalidades, auxiliando a monitorização dos perigos e fornecendo informação de uma forma mais expedita aos profissionais, em situações de emergência.

Ao nível de recomendações, para melhorias nas políticas e procedimentos de salvaguarda patrimonial, a DGPC identificou exemplos de boas práticas, bem como necessidades e problemas, nas políticas públicas internacionais e nos países parceiros, de modo a construir um quadro de referência para futuras ações dos decisores políticos e culturais. Em seguida serão brevemente referidas algumas das iniciativas desenvolvidas pelas principais instituições internacionais em prol da salvaguarda do património em risco.

2. Políticas europeias e internacionais de gestão de riscos e de adaptação às alterações climáticas

Internacionalmente, a discussão acerca da vulnerabilidade de pessoas e bens, expostas ao impacto dos desastres naturais e das alterações climáticas, principalmente em zonas sensíveis como a orla costeira, encontra-se na ordem do dia. Esta preocupação está refletida no grande número de documentos emitidos por organizações intergovernamentais e não-governamentais, como a UNESCO, a UNISDR, o ICCROM, o ICOMOS e o Conselho da Europa, onde se sublinha a importância da salvaguarda do património cultural e da sua estreita relação com o desenvolvimento sustentável e com abordagens participativas.

Em virtude de uma longa tradição na promoção da conservação e da proteção de património cultural, a UNESCO destaca-se como uma das primeiras organizações a alertar para a necessidade de elaboração de políticas de prevenção destinadas a bens culturais em risco. No sentido de sensibilizar os governos, foram emitidos dois documentos: *Strategy for Risk Reduction at World Heritage Properties* (UNESCO, 2007) e *Policy Document on the Impacts of Climate Change on World Heritage Properties* (UNESCO e WHC, 2008), onde se sublinha a necessidade da criação de uma cultura de prevenção. As áreas prioritárias de intervenção, definidas nestes documentos, adotaram os princípios expressos no acordo internacional para a redução de riscos, conhecido como *Hyogo Framework for Action 2005-2015: Building the Resilience of Nations and Communities to Disasters* (UNITED NATIONS, 2005), adaptando-os às especificidades do património mundial. A este quadro de ação de Hyogo, previsto para 10 anos, seguiu-se o *Sendai Framework for Disaster Risk Reduction 2015-2030* (UNITED NATIONS, 2015), envolvendo 112 estados membros das Nações Unidas. Nele sublinha-se o papel dos governos como principais impulsionadores da implementação de políticas de redução de risco e do envolvimento dos

vários setores da sociedade. O documento pretende fomentar a tomada de ações governativas e comunitárias, através do incentivo ao desenvolvimento de estratégias nacionais, elaboração e revisão dos planos setoriais, definição de políticas, normativos, acordos colaborativos, entre entidades e sociedade civil, e à partilha de conhecimento.

No seguimento deste movimento, a Comissão Europeia, efetuou um estudo no âmbito do *Work Plan for Culture (2015-2018)*, com o objetivo de promover instrumentos destinados à proteção de património cultural, no âmbito da prevenção e avaliação de risco. Deste, resultaram recomendações, alguma das quais centradas na cooperação e na integração do património cultural nas políticas de proteção civil e de outros setores (VINTZILEOU et al, 2018).

Para o período entre 2019-2022, já no âmbito do novo *Work plan for culture*, que segue os mesmos temas do anterior, apresenta-se um novo tópico dedicado à adaptação às alterações climáticas, refletindo assim algumas das prioridades já identificadas por outras entidades internacionais, como a UNESCO e o Conselho da Europa (Conselho da União Europeia, 2018). Desta forma, o património cultural tem ganho visibilidade como elemento fundamental a incluir na agenda política internacional para a redução e riscos e adaptação às alterações climáticas.

O Conselho da Europa, como organização intergovernamental responsável pelo aconselhamento e orientação de 47 países membros, tem exercido um papel essencial, que merece aqui ser destacado. Entre as iniciativas que tem promovido, saliente-se a *Recommendation CM/Rec(2018)3 of the Committee of Ministers to member States on cultural heritage facing climate change: increasing resilience and promoting adaptation*. Nesta recomendação é mais uma vez reforçada a necessidade da criação de políticas de prevenção, que devem ser acompanhadas por ações de formação dos profissionais de património nas ações de adaptação às alterações climáticas. Um ponto-chave do

documento é também o reconhecimento do papel das universidades, e instituições de investigação, na criação de conhecimento científico e da sua utilidade nas políticas públicas nacionais e nas estratégias de gestão de património cultural (CONSELHO DA EUROPA, 2018).

Numa vertente menos teórica e mais prática, o ICCROM tem contribuído para criação de programas de formação, focados nas várias fases de gestão de risco, designadamente nos procedimentos de estabilização e evacuação dos bens afetados por catástrofes. Estes programas são direcionados para profissionais de diferentes áreas e incluem uma forte componente formativa prática, na qual se integram atividades como os simulacros, permitindo capacitar, de forma mais completa, os intervenientes no teatro das operações de emergência (ICCROM.s.d.a, s.d.b).

De igual modo o ICOMOS tem vindo também a participar na criação de programas de sensibilização e de formação em teorias, práticas e metodologias de conservação e proteção de património em risco. Como tal implementa a sua ação através de grupos temáticos, como o recém-criado grupo internacional - *Working Group on Climate Change and Cultural Heritage*, que reúne a comunidade científica e os gestores de património cultural, com o objetivo de influenciar as ações e políticas internacionais, propor a atualização do *Policy Document on the Impacts of Climate Change on World Heritage Properties*, e criar uma *Carta* dedicada à relação entre as alterações climáticas e o património cultural. (ICOMOS, 2017).

3. Estratégias, ações e medidas implementadas nos países do STORM – bons exemplos

Numa primeira análise das políticas e dos procedimentos atuais nos países parceiros do STORM, foi possível identificar a inexistência de mecanismos de gestão de riscos que garantam uma efetiva proteção do património cultural. Apesar desta ausência algumas soluções

desenvolvidos, de forma pontual, podem destacar-se como exemplos a seguir e/ou a melhorar:

- Em Itália existe desde os anos 90, uma Carta Nacional de Risco e desde 2012 uma Unidade de Crise para o património cultural, enquadrada no MIBACT, que congrega a atuação da proteção civil, dos bombeiros, das forças de segurança e outras entidades públicas e privadas, de modo a garantir uma resposta concertada em momentos de crise ou desastre (STORM CONSORTIUM, 2016). Esta unidade, única a nível europeu, tem vindo a operar nos vários episódios de catástrofes ocorridos na última década, e a experiência adquirida torna-a numa referência a seguir para um melhor futuro na gestão de riscos em património cultural. A elevada consciência patrimonial existente em Itália, reflete-se também em outras iniciativas, como a inclusão de medidas de proteção de bens culturais na Estratégia Nacional de adaptação às alterações climáticas, coordenada pelo Ministério do Ambiente, e que resulta de uma ação transversal e de consultas públicas, incluindo Universidades. (BONAZZA, 2018)
- Na Turquia e Grécia destaca-se uma legislação centrada na redução de risco sísmico, promovendo medidas preventivas, com o objetivo de aumentar a resiliência dos bens imóveis. Ainda na Grécia, foi também estabelecido um *Memorandum* entre a proteção civil e os gestores de sítios de património, permitindo uma resposta mais eficiente contra incêndios e inundações (STORM CONSORTIUM, 2016).
- No Reino Unido o *Historic Environment Adaptation Working Group* surge como bom exemplo na área da cooperação para a proteção de património cultural ameaçado pelos efeitos das alterações climáticas, na medida em que

integra diferentes parceiros das áreas do património cultural, do ambiente e da Igreja de Inglaterra. A este nível de cooperação sobrepõe-se um outro de âmbito nacional, com o intuito de definir e implementar o *National Adaptation Programme*, que conta ainda com a participação de entidades como o *Historic England*, *English Heritage* e a *National Trust*. O estabelecimento de modelos de gestão multi-setorial e transversal, constitui-se assim como a base na definição de medidas de adaptação num clima em mudança (Fluck, 2018). Finalmente em Portugal, entre outras medidas, destaca-se o Fundo de Salvaguarda do Património Cultural, criado em 2009, que contempla o financiamento de intervenções para a proteção de património cultural em risco (STORM CONSORTIUM, 2016).

Dos exemplos expostos, conclui-se que na prática não existe uma abordagem global e estruturada que permita uma proteção efetiva dos bens culturais expostos a perigos naturais.

4. Principais problemas identificados

Os resultados demonstram que tem havido um esforço para a integração de medidas de proteção dos bens culturais ameaçados, no planeamento da prevenção e resposta. Contudo estas iniciativas estão maioritariamente vocacionadas para proteção de pessoas, tornando-se necessária a criação de sinergias entre as entidades envolvidas nos processos de gestão de risco.

Este estado da arte deve-se a um conjunto de constrangimentos, alguns comuns à generalidade dos países, que a seguir se apresentam:

- Falta de estratégia nacional – na maioria dos casos, os ordenamentos jurídicos não incluem um plano nacional de

gestão de risco, nem de adaptação às alterações climáticas, para o património cultural;

- Falta de coordenação: a inexistência de políticas de gestão de risco para o património cultural reflete-se na ausência de cooperação entre as autoridades responsáveis pela proteção civil, pelo património cultural e pelo ambiente, onde se inclui o ordenamento do território;
- Falta de capacitação: a incapacidade de implementar medidas de prevenção para o património cultural deve-se à inexistência de recursos humanos e financeiros, nos quais se incluem fundos vocacionados para financiar medidas preventivas.

5. Os 5 C's da Gestão de Risco em Património

Como resultado do trabalho desenvolvido no projeto STORM identificaram-se um conjunto de áreas-chave, relevantes para a melhoria de políticas e procedimentos, definidas como os 5 C's da Gestão de Risco em Património (*5 C-words in heritage risk management*)

CONSERVATION (CONSERVAÇÃO)

A promoção e desenvolvimento de programas de gestão de risco de desastres, devem incluir obrigatoriamente a dimensão de património cultural, seguindo os atuais princípios deontológicos da conservação e respeitando o valor cultural dos bens. As metodologias de conservação a aplicar, são essenciais para permitir o controlo dos riscos – prevenindo e possibilitando a resolução de danos ou impactos nos bens culturais - e como tal devem ser incluídas em fases iniciais de qualquer estratégia de tratamento de riscos em património cultural. Estas estratégias devem dar prioridade às abordagens preventivas, baseadas em ações de manutenção e monitorização de periodicidade

regular, em detrimento de abordagens reativas e pontuais. O uso de um glossário, que estabeleça uma linguagem comum ao nível de princípios, conceitos e terminologias interdisciplinares, é igualmente uma ferramenta crucial, já que permite harmonizar a informação, e consequentemente, a compreensão das ações/procedimentos necessários para a redução do risco em património cultural. As medidas a implementar em planos ou estratégias de gestão de risco nos sítios patrimoniais devem ser apoiadas por análises de custo eficácia, que permitam a ponderação dos custos em relação aos benefícios ou à eficácia das diferentes opções.

COMMUNICATION (COMUNICAÇÃO)

A comunicação entre o meio académico, os gestores de património cultural e os decisores políticos é essencial para uma eficaz salvaguarda de sítios em risco. Esta colaboração deverá ser especialmente incentivada para que a dimensão cultural comece a integrar os programas de investigação centrados nas alterações climáticas. Deve ser dado especial destaque ao estudo sobre o comportamento dos materiais e eventuais necessidades de adaptação, para fazer face às incertezas do clima. A recuperação de conhecimentos tradicionais, a realização de avaliações de risco (tendo por base simulações de modelos regionais climáticos de alta-resolução) e a utilização de conhecimentos de várias áreas (engenharia, arquitetura, arqueologia, conservação e etnologia), refletem novas abordagens multidisciplinares, essenciais para uma eficaz proteção do nosso legado cultural. Ambos os conhecimentos, científico e empíricos, devem ser adequadamente divulgados através de uma comunicação compreensível e aberta, para que sejam tidos em consideração no planeamento e na conceção de estratégias, nacionais e locais, de adaptação às alterações climáticas e de gestão de riscos.

COPING and adaptive capacities (Capacidade de adaptação e de reação)

Uma resposta eficaz aos desafios das alterações climáticas exige um planeamento adequado, com base em avaliações de riscos, bem como atividades de preparação para situações de emergência (como por exemplo simulacros). A capacidade de adaptação e de reação das instituições de gestão de património cultural, a situações adversas, depende de uma multiplicidade de fatores, como o contexto político e jurídico; os recursos financeiros, tecnológicos e humanos existentes; ou a capacidade de atualização e de aprendizagem. Neste sentido, torna-se essencial uma abordagem colaborativa que permita colmatar as necessidades sentidas pelos diferentes intervenientes.

COOPERATION (COOPERAÇÃO)

A cooperação entre os diferentes setores, como a proteção civil e os gestores de património cultural deverá ser acautelada no desenvolvimento de políticas nacionais de salvaguarda de bens culturais, bem como nas políticas preventivas e de emergência. Esta articulação entre entidades, públicas e/ou privadas, deve-se basear numa rede de troca de conhecimentos e de experiências, que permitam partilhar informação acerca dos perigos e vulnerabilidades do património cultural e dos procedimentos de emergência, para uma clara definição dos papéis e tarefas dos intervenientes.

CAPACITY BUILDING (Capacitação/ Construção de capacidades)

A construção de capacidades entre os profissionais de gestão de património é um fator essencial para o sucesso das estratégias de redução de risco de desastres e para criação de uma cultura de prevenção. Este objetivo pode ser alcançado através de programas de formação, especificamente concebidos para as necessidades do património cultural, que incluam temas como a avaliação de risco,

estratégias de adaptação às alterações climáticas, comunicação do risco ou avaliação de danos. Estas iniciativas devem contar não só com a participação de profissionais de património, mas também com outros envolvidos nos processos de gestão, como os agentes da proteção de civil e os especialistas em estudos do clima.

As Universidades poderão ter um papel relevante na criação de competências, no âmbito de licenciaturas ou mestrados, através conteúdos formativos que contemplem a climatologia, bem como os impactos das alterações climáticas no património cultural.

6. Recomendações STORM

Procurando sensibilizar os governos para a criação de políticas públicas de risco em património cultural, nos vários níveis de governação nacional, regional, intermunicipal/municipal, o STORM propõe 7 ações/medidas, de natureza abrangente, que podem ser implementadas em cada país e adaptadas aos respetivos contextos legais:

1. Estabelecimento de um compromisso político, ao nível nacional, regional e local, com o intuito de reduzir a vulnerabilidade do património cultural ameaçado;

2. Criação de um fórum intersectorial permanente, e de alto nível, para promover orientações e execução de tarefas, assegurar a articulação entre a administração central e o poder local, assim como a capacitação dos agentes envolvidos;

3. Implementação nos processos de classificação, e de inventário de património cultural, da informação proveniente de avaliações de risco;

4. Envolvimento das comunidades na salvaguarda de património através de modelos de gestão participativa;

5. Criação de Plano-quadro de âmbito local, com o objetivo de reunir toda a documentação legal, planos setoriais e boas práticas, que devem ser tidas como referência no planeamento territorial;

6. Implementação de uma cartografia nacional de riscos como prática corrente nos processos de gestão de património;

7. Constituição de fundo(s) vocacionado(s) para o financiamento das medidas preventivas, com uma linha dedicada a projetos de gestão e prevenção.

7. Considerações Finais

Como nota final, é fundamental a sensibilização dos governos para a criação de políticas públicas para a proteção de património cultural, que deve ser vista como uma responsabilidade transversal a vários setores, como o ambiente, a proteção civil e o planeamento e infraestruturas. As estratégias desenvolvidas deverão contemplar a intervenção do governo, a nível nacional, regional, intermunicipal e local, os quais deverão estar em permanente comunicação. Por outro lado, as Universidades, como instituições criadoras e transmissoras de conhecimento, poderão desempenhar um papel fulcral na atualização da informação, essencial à produção e reformulação de estratégias, planos e formação de recursos humanos. Cabe ainda um papel a todos os cidadãos, para quem a defesa do património cultural é, não só, um dever, mas sobretudo um direito, de participação na vida cultural, e um recurso essencial ao desenvolvimento humano.

Neste sentido, apenas com uma gestão integrada será possível promover o aumento da capacidade de adaptação e de reação, fatores indispensáveis para uma eficaz proteção do património em risco.

Acrónimos

ICOM – International Council of Museums

ICOMOS – International Council of Monuments and Sites

ICCROM – International Centre for the Study of the Preservation and Restoration of Cultural Property

FEMA – Federal Emergency Management Agency

IPPC – Intergovernmental Panel on Climate Change

ISO – International Organization for Standardization

MIBACT - Ministero per i beni e le attività culturali

UNESCO – United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization

UNFCCC – United Nations Framework Convention on Climate Change

UNISRD - United Nations Office for Disaster Risk Reduction

USICOMOS - United States Committee, International Council on Monuments and Sites

Bibliografia

BONAZZA, Alessandra (2018) - Cultural Heritage in the Italian Strategy for Adaptation to Climate Change. *Cultural Heritage Facing Climate Change: Experiences and Ideas for Resilience and Adaptation*. Bari: Edipuglia.

CONSELHO DA EUROPA (2018) - *Recommendation CM/Rec(2018)3 of the Committee of Ministers to Member States on Cultural Heritage Facing Climate Change: Increasing Resilience and Promoting Adaptation*. Conselho da Europa. Acessível em: https://search.coe.int/cm/Pages/result_details.aspx?ObjectId=0900001680791160

CONSELHO DA UNIÃO EUROPEIA (2018) - *Draft Council Conclusions on the Work Plan for Culture 2019-2022*. Bruxelas: União Europeia. Acessível em: <http://data.consilium.europa.eu/doc/document/ST-13948-2018-INIT/en/pdf>

FLUCK, Hanna (2018) - *Climate Change and Heritage policy*. Conferência apresentada no Seminário "in the eye of the STORM: Climate change & Heritage, in the UK and beyond", a 11 de Dezembro de 2018 em Mellor, Reino Unido.

ICCROM. (s.d.a) - "Disaster Risk Management of Cultural Heritage." Acessível em: <https://www.iccrom.org/courses/disaster-risk-management-cultural-heritage-2>.

ICCROM. (s.d.b) - "First Aid to Cultural Heritage in Times of Crisis 2018." Acessível em: <https://www.iccrom.org/courses/first-aid-cultural-heritage-times-crisis-2018>.

ICOMOS (2017) - *Resolution on "Mobilizing ICOMOS and the Cultural Heritage Community To Help Meet the Challenge of Climate Change"* 19º ICOMOS Triennial General Assembly, Delhi: ICOMOS. Acessível em: <https://www.usicomos.org/icomos-passes-resolution-on-climate-change-and-cultural-heritage/>.

STORM CONSORTIUM (2016) - *D2.1 - State of the art policies on government of Cultural Heritage against natural disasters and climate changes*. Project STORM - Safeguarding Cultural Heritage through Technical and Organisational Resources Management. <http://www.storm-project.eu/>

STORM CONSORTIUM (2017a) - *STORM Project Glossary of Terms*. Projecto STORM - Safeguarding Cultural Heritage through Technical and Organisational Resources Management. Acessível em: https://drive.google.com/file/d/0B5_IcxHSqyOhbTR3RWNZc0dxb1U/view

STORM CONSORTIUM (2017b) - *Heritage Disaster Risk Reduction phases, Conservation intervention processes & Relevant Actors: Definitions within Project STORM*. Projecto STORM - Safeguarding

Cultural Heritage through Technical and Organisational Resources Management. Acessível em:

https://drive.google.com/file/d/0B5_IcxHSqyOhdG8teXk1OGNUcIE/view

STORM CONSORTIUM (2017c) - *STORM Classification of Hazards and Climate Change-related Events*. Projecto STORM - Safeguarding Cultural Heritage through Technical and Organisational Resources Management. Acessível em:

https://drive.google.com/file/d/0B5_IcxHSqyOhWnd6M3cySUZOLTA/view

UNESCO (2007) - *Strategy for Reducing Risks from Disasters at World Heritage properties: World Heritage Committee thirty first Session*. Christchurch: UNESCO. Acessível em:

whc.unesco.org/archive/2007/whc07-31com-72e.pdf

UNESCO e WHC (2008) - *Policy Document on the Impacts of Climate Change on World Heritage Properties*. Paris: UNESCO World Heritage Centre. Acessível em: <http://whc.unesco.org/archive/2007/whc07-16ga-10e.pdf>

UNITED NATIONS (2005) - *Hyogo declaration and Framework for Action 2005-2015: Building the Resilience of Nations and Communities to Disasters*. Kobe: United Nations. Acessível em: <https://www.unisdr.org/2005/wcdr/intergover/official-doc/L-docs/Hyogo-framework-for-action-english.pdf>

UNITED NATIONS (2015) - *Sendai Framework for Disaster Risk Reduction 2015 – 2030*. Acessível em: http://www.preventionweb.net/files/43291_sendaiframeworkfordrren.pdf

VINTZILEOU, Elizabeth; HANUS, Christian; DRDÁCKÝ, Miloš; MAXWELL, Ingval e BONAZZA, Alessandra (2018) - *Safeguarding Cultural Heritage from Natural and Man-made Disasters. A Comparative Analysis of Risk Management in the EU*. Luxembourg: Publications Office.